

ARITMÉTICA DA EXCLUSÃO: DESAFIOS ANTICAPACITISTAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ANTÔNIO GONÇALVES-BA

ARITHMETIC OF EXCLUSION: ANTI-ABLEIST CHALLENGES IN BASIC EDUCATION IN ANTÔNIO GONÇALVES-BA

ARITMÉTICA DE LA EXCLUSIÓN: DESAFÍOS ANTICAPACITISTAS EN LA EDUCACIÓN BÁSICA DE ANTÔNIO GONÇALVES-BA

João Henrique Silva Matos¹
Leilane de Moraes Silva²

RESUMO: Este artigo buscou analisar a triagem de alunos com dificuldades de aprendizagem como ferramenta de garantia de direitos humanos e combate ao capacitismo na educação básica. A pesquisa, de natureza quantitativa, observacional e descritiva, foi realizada na região central de Antônio Gonçalves-BA, utilizando dados da Plataforma CAEd e avaliações interventivas com estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental. A investigação ocorreu em três etapas: triagem diagnóstica, aplicação de avaliação interventiva e intervenção pedagógica com o corpo docente. Os resultados revelaram que 100% dos alunos avaliados apresentavam-se nos níveis defasado ou intermediário em Matemática, com ausência de estudantes no nível adequado. Após a intervenção, observaram-se avanços em habilidades visuais e geométricas (crescimento de até 57%), porém persistiram lacunas conceituais e de alfabetização funcional. A análise evidenciou que as defasagens são fortemente atravessadas por marcadores socioeconômicos e raciais (77,3% pardos e 22,7% pretos). Conclui-se que o diagnóstico precoce e a distinção entre dificuldades e transtornos de aprendizagem são vitais para evitar a patologização de vulnerabilidades sociais e assegurar uma educação inclusiva e emancipatória.

1

Palavras-chave: Direitos Humanos. Anticapacitismo. Triagem. Matemática.

ABSTRACT: This article aims to analyze the screening of students with learning difficulties as a tool to guarantee human rights and combat ableism in basic education. The quantitative, observational, and descriptive study was conducted in Antônio Gonçalves-BA, using data from the CAEd Platform and interventional assessments with 6th-grade Elementary School students. The investigation occurred in three stages: diagnostic screening, application of an interventional assessment, and pedagogical intervention with teachers. Results revealed that 100% of assessed students were at lagging or intermediate levels in Mathematics, with no students at the adequate level. After the intervention, improvements were observed in visual and geometric skills (up to 57% growth), but conceptual gaps and functional literacy issues persisted. The analysis highlighted that learning gaps are strongly intersected by socioeconomic and racial markers (77.3% brown and 22.7% Black). It concludes that early diagnosis and the distinction between learning difficulties and disorders are vital to avoid pathologizing social vulnerabilities and to ensure an inclusive and emancipatory education.

Keywords: Human Rights. Anti-Ableism. Screening. Mathematics.

¹ Cirurgião-Dentista. Gestor Hospitalar. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (PPGSAT/FAMEB/UFBA). Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Saúde Coletiva e Gestão Pública da Saúde.

² Especialista em Políticas Públicas para a Educação. Aperfeiçoada em Atendimento Educacional Especializado (AEE), Gestão da Educação Inclusiva e Ensino de Estudantes com Deficiência pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

RESUMEN: Este artículo pretende analizar la selección de estudiantes con dificultades de aprendizaje como herramienta para garantizar los derechos humanos y combatir el capacitismo en la educación básica. El estudio cuantitativo, observacional y descriptivo se realizó en Antônio Gonçalves-BA, utilizando datos de la Plataforma CAEd y evaluaciones de intervención con estudiantes de 6º año de Educación Primaria. La investigación se desarrolló en tres etapas: diagnóstico inicial, aplicación de evaluación de intervención e intervención pedagógica con los docentes. Los resultados revelaron que el 100% de los estudiantes evaluados se encontraban en niveles de rezago o intermedio en Matemáticas, sin estudiantes en el nivel adecuado. Tras la intervención, se observaron avances en habilidades visuales y geométricas (crecimiento de hasta el 57%), pero persistieron vacíos conceptuales y de alfabetización funcional. El análisis evidenció que las brechas de aprendizaje están fuertemente atravesadas por factores socioeconómicos y raciales (77,3% pardos y 22,7% negros). Se concluye que el diagnóstico temprano y la distinción entre dificultades y trastornos de aprendizaje son vitales para evitar patologizar las vulnerabilidades sociales y garantizar una educación inclusiva y emancipadora.

Palabras clave: Derechos Humanos. Anticapacitismo. Selección. Matemáticas.

1. INTRODUÇÃO

Pensar a educação na contemporaneidade é desafiador, pois envolve a construção de um pensamento complexo, aberto e livre, relacionado a uma capacidade de contextualização e integração de múltiplos saberes dentro de um universo de constantes mudanças e fluidez (BAUMAN, 2001).

No cotidiano escolar, esse desafio manifesta-se na urgência de enfrentar as diversas dificuldades de aprendizagem, tarefa que exige não apenas estratégias pedagógicas, mas também um compromisso ético com os direitos humanos. Prova disso, são os dados do relatório da organização Todos Pela Educação, publicado em abril de 2025, o qual afirma em seu estudo “Aprendizagem na Educação Básica: situação brasileira pós-pandemia” que, embora haja sinais de recuperação nos percentuais de estudantes com níveis de aprendizagem considerados adequados no ano de 2023, a aprendizagem não voltou aos patamares de 2019. Ademais, segundo essa pesquisa, o contexto geral ainda é de muitos alunos com níveis baixíssimos de aprendizagem.

Nesse contexto, entender o que são dificuldades de aprendizagem é de suma importância para garantir que as intervenções sejam apropriadas e eficazes. É imperativo compreender o diagnóstico como um direito: a omissão na identificação de uma barreira de aprendizagem configura uma forma de exclusão social e uma violação direta do direito à educação plena. Essa omissão diagnóstica pode ser compreendida à luz da Sociologia das Ausências, de Boaventura de Sousa Santos (2002), que descreve como certas realidades são ativamente produzidas como não-existentes pelo sistema hegemônico. Ao não realizar a triagem, a escola torna a barreira de aprendizagem “invisível”, transformando o que deveria ser uma demanda por suporte em um

vazio de assistência. Retira-se do aluno a sua condição de sujeito de direitos, relegando-o ao campo da “ausência” pedagógica e social.

A ausência dessa triagem técnica abre espaço para uma persistente crítica ao capacitismo. Frequentemente, alunos com defasagens ou transtornos não identificados são rotulados pelo sistema como “preguiçosos” ou “incapazes”, o que Mello (2016) caracteriza como uma hierarquização de corpos pautada na produtividade. Essa estigmatização é uma manifestação do capacitismo estrutural, que reduz a dignidade do estudante à sua performance imediata. A proposta de triagem deste estudo visa, portanto, desconstruir essa visão discriminatória, substituindo o estigma (GOFFMAN, 1963) pelo suporte pedagógico e clínico adequado às necessidades individuais.

É comum que essas dificuldades estejam associadas a distúrbio/transtornos da aprendizagem, por isso é necessário distinguir para o desenvolvimento de abordagens educacionais assertivas e adaptadas às necessidades individuais de cada aluno (PEREIRA *et al.*, 2021). As dificuldades de aprendizagem estão ligadas aos fatores externos em que a criança vivencia, ou seja, tem relação com o ambiente que ela está inserida, onde levantam-se questões emocionais, ambientais e até dificuldades com a metodologia aplicada pelo professor em sala de aula (SMITH E STRICK, 2001). Logo, essa dificuldade de aprendizagem pode ser decorrente de problema fisiológico, estresse vivido pela criança, como, por exemplo, problemas familiares envolvendo a perda de algum parente, separação dos pais, falta de alimentação, falta de material e estímulos, tédio em sala de aula, baixa autoestima, problemas patológicos como TDAH, dislexias, hereditariedade, alterações no desenvolvimento cerebral e problemas no ambiente doméstico/escolar (OSTI, 2012).

Por outro lado, o transtorno de aprendizagem tem uma origem neurobiológica e é mais intenso, ligados a disfunções cerebrais que interferem no processo de aprendizado. Segundo Pereira *et al.*, (2021), esses transtornos estão relacionados diretamente à persistente dificuldade na leitura, escrita e matemática. Embora as dificuldades de aprendizagem possam ser superadas no ambiente escolar com uma intervenção precoce e assertiva, os distúrbios/transtornos de aprendizagem necessita de uma intervenção especializada e duradoura. Nessa perspectiva, Osti (2012) relata que se a dificuldade não for tratada corretamente pode vir a se tornar um distúrbio, o que aponta uma aproximação com os dois termos.

A dislexia é uma dificuldade persistente, ou seja, um transtorno na escrita e leitura que se for interpretada equivocadamente pelo aluno pode deixá-lo desmotivado e inseguro (SILVA,

2016). Já a discalculia é um distúrbio caracterizado pela ausência de compreensão e manipulação de números. Essas atividades que são observadas na discalculia não envolvem apenas números e quantidades, bem como a exigência de raciocínio lógico (SIQUEIRA; GURGEL-GIANNETTI, 2011). Enquanto a disgrafia é caracterizada pela dificuldade significativa na escrita à mão, assim como na aptidão de converter pensamentos em textos escritos (HUDSON, 2019).

Ainda que a garantia de acesso à educação seja um direito garantido na Constituição de 1988, a realidade dos anos finais do Ensino Fundamental revela que a equidade ainda é um horizonte a ser alcançado. Diante disso, os resultados da pesquisa Todos Pela Educação (2025) mostraram que a pandemia tornou esse quadro ainda mais intenso e é indispensável que o poder público tenha ações públicas efetivas voltadas para essas defasagens que, por muitas vezes, são vindas dos conhecimentos básicos que não foram desenvolvidos.

Diante do exposto, a temática justifica-se pela urgente necessidade de enfrentar as interseccionalidades entre as desigualdades socioeconômicas, de raça/cor e as barreiras de aprendizagem. Conforme o estudo “Aprendizagem na Educação Básica: situação brasileira pós-pandemia” (2025), a disparidade no ensino é inaceitavelmente alta e, em grande medida, fruto de uma exclusão histórica. No contexto de Antônio Gonçalves-BA, essa realidade exige uma visão baseada nos Direitos Humanos, onde o investimento na Educação Básica não seja apenas financeiro, mas voltado à eliminação de barreiras capacitistas que impedem o acesso pleno ao conhecimento e à cidadania.

4

Nesse sentido, a importância deste estudo reside em mapear as reais necessidades dos alunos nos anos finais do Ensino Fundamental, sob a ótica da justiça social. Compreender as políticas educacionais e os programas de diagnóstico não é apenas uma busca por eficiência técnica, mas um compromisso com a equidade. Identificar precocemente as dificuldades de aprendizagem é uma estratégia de enfrentamento à vulnerabilidade territorial, garantindo que o diagnóstico funcione como uma ferramenta de proteção de direitos e não como um mecanismo de segregação ou rotulagem excludente.

Dessa forma, esta pesquisa busca instrumentalizar profissionais da educação e acadêmicos para uma prática anticapacitista. Ao distinguir dificuldades de transtornos de aprendizagem, o estudo permite desconstruir preconceitos que reduzem o estudante à sua defasagem escolar. O objetivo é transformar informações, atitudes e habilidades em intervenções que promovam o acolhimento e o suporte integral, contribuindo para a melhoria

do quadro educacional e para o fortalecimento da equipe docente. Pretende-se, assim, fomentar reflexões que superem a lógica da exclusão e consolidem a educação como um direito humano inalienável e acessível a todos.

2. MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza quantitativa, de caráter observacional e descritivo, ancorada na premissa da educação como um direito humano fundamental. A investigação foi realizada em uma unidade escolar no município de Antônio Gonçalves-BA, território marcado por vulnerabilidades que demandam um olhar atento à equidade. A amostra constituiu-se a partir de uma análise documental dos resultados da Avaliação Contínua da Aprendizagem, referente aos anos finais do Ciclo I, por meio da plataforma CAEd – ferramenta que visa apoiar as redes públicas de ensino na aplicação e utilização de avaliações educacionais – com intuito de identificar barreiras de aprendizagem que, se não assistidas, perpetuam ciclos de exclusão.

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas interdependentes, desenhadas para confrontar o capacitismo estrutural através do suporte técnico-pedagógico. Na primeira, foi realizada a triagem dos estudantes do 6º ano, turma B, que participaram do simulado diagnóstico de Matemática disponibilizado pela plataforma CAEd. A aplicação da avaliação foi conduzida pelos gestores pedagógicos em parceria com os professores da unidade. Esta fase não buscou apenas classificar níveis de desempenho (defasagem, aprendizado intermediário e aprendizado adequado), mas sim mapear necessidades específicas de suporte, compreendendo que a invisibilidade de uma dificuldade de aprendizagem é uma violação do direito à educação plena.

Na segunda fase, foi aplicada uma nova avaliação de intervenção, com foco específico nas habilidades em que os alunos demonstraram baixo rendimento no simulado anterior. Esta etapa contou com questões discursivas, com o intuito de identificar a capacidade dos estudantes em interpretar e resolver problemas, buscando entender as barreiras cognitivas e pedagógicas que impedem o avanço do discente, combatendo a lógica de que o insucesso é uma falha individual do aluno. As questões discursivas eram voltadas às operações básicas (adição, subtração e multiplicação) e reconhecimento das propriedades dos polígonos.

A terceira fase consistiu na implementação de estratégias de justiça social, através de reuniões pedagógicas com docentes e coordenação, especialmente com o professor da disciplina,

e distribuição de panfletos informativos para todos os docentes da instituição. Essa ação teve como objetivo distinguir entre dificuldades e transtornos de aprendizagem, promovendo uma discussão crítica sobre o capacitismo e a rotulagem excludente. Buscou-se orientar sobre intervenções pedagógicas adequadas e a articulação com profissionais de apoio, fortalecendo a rede de proteção e garantia de direitos no território municipal.

A análise dos dados obtidos baseou-se na coleta, organização e interpretação de informações numéricas, empregando métodos estatísticos e ferramentas matemáticas, de modo que servisse de base para uma reflexão humanizada sobre a qualidade e a equidade educacional na rede pública.

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os dados obtidos por meio da Plataforma CAEd, verificou-se que a turma do 6º ano B apresenta uma distribuição alarmante de estudantes com níveis de aprendizagem defasados (Tabela 1). Sob a ótica dos Direitos Humanos, esse cenário revela que a universalização do acesso à escola não tem sido acompanhada pela garantia do direito à aprendizagem qualitativa, mantendo esses sujeitos em uma zona de invisibilidade pedagógica.

6

Tabela 1: Distribuição dos estudantes do 6º ano B segundo os níveis de aprendizagem estabelecidos na Avaliação Contínua da Aprendizagem nos Anos Finais – Ciclo I, da disciplina de matemática, referente ao ano de 2025.

TURMA	MATRICULADOS	AVALIADOS	NÍVEL DEFASAGEM	NÍVEL INTERMEDIÁRIO	NÍVEL ADEQUADO
6º ANO B	22 ALUNOS	14 ALUNOS	11 ALUNOS	3 ALUNOS	0 ALUNOS

Fonte: MATOS, J.H.S. (2026)

Conforme os dados apresentados na Tabela 1, observa-se um número alarmante de estudantes classificados nos níveis "defasado" e "intermediário" na disciplina de Matemática. De acordo com a Plataforma CAEd, esses níveis indicam que os alunos apresentam uma aprendizagem insuficiente em relação ao esperado para a etapa de escolaridade avaliada. Essa situação indica, portanto, que a turma inteira ainda não adquiriu as competências e habilidades necessárias para a compreensão de conceitos matemáticos compatíveis com o ano escolar que estão cursando.

Ainda no processo de triagem, ao analisar os resultados e os instrumentos de avaliação aplicados em sala de aula, constatou-se que a maioria das provas carecia de resoluções ou evidências de tentativas de resolução por parte dos estudantes. No entanto, é preciso realizar uma leitura anticapacitista desses números: a ausência de resolução nas provas ou a falta de tentativas não deve ser lida como desinteresse, mas como o resultado de barreiras pedagógicas intransponíveis para o aluno sem o suporte adequado.

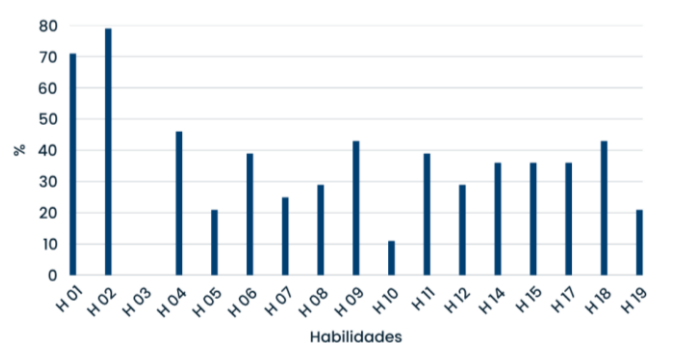
Diante desse cenário e considerando as dificuldades identificadas durante a primeira fase (triagem), foi proposta a aplicação de uma nova avaliação interventiva, centrada nas habilidades que apresentaram os menores índices de desempenho em Matemática, principalmente as que envolviam operações fundamentais.

Essa atividade teve como objetivo aprofundar a análise da aprendizagem, investigando a capacidade dos estudantes de organizar operações básicas, interpretar enunciados e compreender os comandos das questões. Para esse fim, foi elaborada uma atividade de natureza discursiva (APÊNDICE B), com a finalidade de gerar dados mais precisos acerca das dificuldades de aprendizagem em Matemática e romper com a lógica da “monocultura do desempenho”.

O gráfico 1 apresenta os percentuais de desempenho por habilidade, conforme os resultados obtidos pela turma do 6º ano B na referida avaliação diagnóstica.

7

Gráfico 1: Desempenho por habilidade – Matemática (6º ano B – Plataforma CAEd)



Fonte: MATOS, J.H.S. (2026)

Após a aplicação da avaliação interventiva (segunda fase), observou-se um avanço no desempenho em algumas habilidades específicas, conforme ilustrado no Gráfico 2. Destaca-se o crescimento de 57% no desempenho relacionado à habilidade de reconhecer polígonos com base na quantidade de lados, vértices ou ângulos (H05). Além disso, observou-se um aumento

de 21% na habilidade de utilizar operações de adição e multiplicação com números naturais, compostos por até quatro algarismos, na resolução de problemas (Ho7), bem como um incremento de 22% na habilidade de realizar conversões entre unidades padronizadas das grandezas de comprimento, massa, tempo ou capacidade (Hi9). Por outro lado, a habilidade relacionada à utilização das operações de adição ou subtração entre números naturais e racionais positivos – sendo o primeiro com até seis algarismos e o segundo em representação decimal finita – (Ho3), não apresentou evolução significativa.

Apesar dos avanços observados em determinadas habilidades, a aplicação da atividade revelou diversos padrões de dificuldade entre os participantes, especialmente entre aqueles com baixa proficiência em leitura. Observou-se que alguns, mesmo sem saber ler, conseguiram responder corretamente questões que continham figuras, indicando uma maior compreensão visual em detrimento da textual. Outros demonstraram familiaridade com a estrutura da operação de multiplicação, conseguindo armar a conta, porém sem saber resolvê-la corretamente. Houve casos em que, diante de uma multiplicação como 400×3 , o aluno realizava somas sucessivas ($400 + 400 + 400$), evidenciando compreensão parcial do conceito. Em algumas situações, os participantes deixaram questões em branco por não conseguirem interpretar o enunciado. Além disso, as questões que envolviam “desconto” frequentemente eram entendidas como uma indicação de adição em vez de subtração.

8

Esse crescimento evidencia que muitos alunos, embora enfrentem barreiras na alfabetização funcional (leitura de enunciados), possuem competências cognitivas preservadas que se manifestam através de estímulos visuais. Ignorar essa potencialidade e rotular o aluno apenas pelo seu baixo rendimento textual é uma forma de capacitismo estrutural, que reduz a dignidade do estudante à sua performance produtiva imediata.

Ainda que algumas habilidades específicas tenha tido um avanço significativo, não foi identificado nenhum aluno que estivesse no nível de aprendizagem adequado para a série em que se encontrava, o que evidencia a necessidade de intervenções pedagógicas mais direcionadas e contínuas. Nesse sentido, é fundamental que o docente analise cuidadosamente os desafios apresentados pelos estudantes e elabore intervenções com base nessas dificuldades observadas. Estratégias como o uso de figuras e recursos visuais podem ser especialmente eficazes, considerando que muitos alunos apresentam dificuldades significativas na leitura e interpretação de textos.

Gráfico 2: Comparativo do desempenho por habilidade após a segunda avaliação (6º ano B)



Fonte: MATOS, J.H.S. (2026)

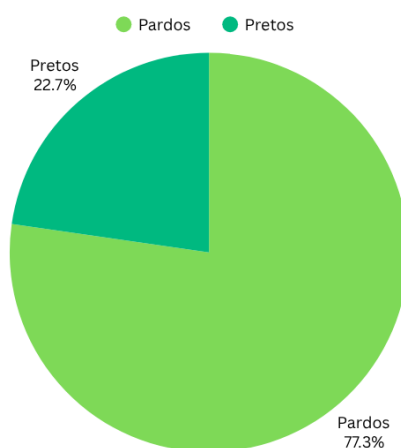
Observa-se, ainda, que uma parcela significativa dos estudantes mantém-se presa à realização mecânica de "contas", sem conseguir estabelecer conexões entre os conceitos matemáticos e suas aplicações no cotidiano. Ao analisar os cálculos realizados pelos discentes, verificou-se uma dificuldade em empregar estratégias variadas para a resolução dos problemas propostos, revelando uma aprendizagem de matemática fortemente baseada na memorização e na reprodução de procedimentos, em detrimento da compreensão conceitual. Nesse sentido, Gómez-Granell (1996) já apontava que muitos dos equívocos cometidos pelos alunos decorrem de um ensino centrado na aplicação de regras, em vez de na compreensão profunda de seus significados.

Outro aspecto relevante a ser destacado é que as dificuldades enfrentadas pelos alunos em relação à matemática são agravadas pela ausência de uma base sólida dos conteúdos abordados nos anos escolares anteriores. Dessa forma, estudantes que não dominam operações fundamentais tendem a apresentar maiores dificuldades na assimilação de conteúdos mais complexos nas etapas subsequentes da educação básica.

Além disso, a Sociologia das Ausências (SANTOS, 2002) se faz presente. A defasagem em Matemática é atravessada pelo racismo estrutural e pelas desigualdades socioeconômicas que moldam o percurso desses jovens. Como aponta o relatório "Aprendizagem na Atenção Básica: situação brasileira no pós-pandemia", publicado em abril de 2025 pela organização Todos pela Educação, as desigualdades educacionais, já evidentes antes da pandemia, não apenas persistiram, como se agravaram no contexto pós-pandêmico. As disparidades de desempenho entre alunos das redes pública e privada, bem como entre diferentes grupos raciais e socioeconômicos, permanecem expressivas. Esse cenário reforça a importância de reconhecer

que fatores como raça/cor e condição socioeconômica não apenas atravessam o desempenho acadêmico, mas o moldam de forma estrutural, contribuindo significativamente para as dificuldades de aprendizagem observadas na turma em questão. O insucesso escolar, portanto, não é um “atraso” individual, mas uma produção social de exclusão que afeta corpos específicos em territórios vulneráveis.

Gráfico 3: Porcentagem de alunos autodeclarados pretos/pardos na turma (CAEd, 2025)



Fonte: MATOS, J.H.S. (2026)

A terceira fase da pesquisa promoveu uma reunião de sensibilização focada na distinção entre dificuldade e transtorno de aprendizagem. Esta ação buscou desconstruir estigmas e o hábito de "patologizar" a pobreza ou a falta de base pedagógica. O diálogo revelou que o professor enfrenta o "tempo pedagógico comprimido" pelas avaliações externas (CAEd), que muitas vezes atropelam o processo de consolidação das operações básicas em prol do cumprimento de metas estaduais.

A discrepância entre o calendário letivo municipal e o cronograma de avaliações externas é uma barreira institucional que compromete o direito à aprendizagem. Propõe-se, assim, uma readequação do tempo escolar para que o diagnóstico não seja apenas uma métrica de punição, mas um instrumento de justiça curricular.

Por fim, a identificação de que dois alunos já possuem acompanhamento multiprofissional (um diagnosticado com TEA e outro em fase diagnóstica) reforça a importância da triagem técnica. Garantir que esses alunos sejam vistos em suas especificidades – e não apenas como números em uma tabela de defasagem – é o cerne da luta anticapacitista.

O diagnóstico deve servir como chave para abrir portas de acesso a psicopedagogos, psicólogos e fonoaudiólogos, consolidando a escola como um nó essencial da rede de garantia de Direitos Humanos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados neste estudo revelam um cenário preocupante de exclusão pedagógica na disciplina de Matemática, reforçando que a defasagem observada no 6º ano B não é um déficit de capacidade dos alunos, mas uma evidência de lacunas estruturais e históricas. A pesquisa demonstra que as dificuldades de aprendizagem são fenômenos multifatoriais onde a vulnerabilidade territorial, o racismo estrutural e as desigualdades socioeconômicas se interceptam, criando barreiras que impedem o exercício do direito à educação plena.

A investigação evidencia que a triagem técnica e as intervenções direcionadas são ferramentas fundamentais de uma práxis anticapacitista. Ao distinguir corretamente entre dificuldades pedagógicas e transtornos de aprendizagem, a escola deixa de rotular o estudante pela sua "falta de performance" e passa a assegurar o suporte adequado como uma garantia de direitos. Esse processo é essencial para evitar diagnósticos equivocados que patologizam questões sociais e para garantir que cada discente seja reconhecido em sua singularidade e potencialidade.

11

Salienta-se que o êxito dessas intervenções depende da consolidação de uma rede de proteção coesa. A atuação docente, embora central, deve ser fortalecida por uma equipe multiprofissional e pelo envolvimento ativo das famílias, formando um ecossistema de apoio que proteja o estudante contra a estigmatização. A parceria entre escola, família e especialistas não é apenas uma estratégia pedagógica, mas um compromisso ético com a dignidade da pessoa humana, potencializando resultados e garantindo uma abordagem integral.

Por fim, este estudo contribui para a reflexão crítica sobre os desafios do ensino contemporâneo em municípios como Antônio Gonçalves-BA. Conclui-se que o enfrentamento ao capacitismo e à exclusão escolar exige políticas públicas mais eficazes, que priorizem a equidade e a justiça curricular. Somente através do reconhecimento do diagnóstico como um direito e da educação como um território livre de preconceitos será possível transformar a "aritmética da exclusão" em uma pedagogia da emancipação e da dignidade.

REFERÊNCIAS

BAUMAN Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONGERS F, et al. Structure and floristic composition of the lowland rain forest of Los Tuxtlas, Mexico. *Vegetatio*, 1988; 74: 55-80.

CLEMENT S, SHELFORD VE. Bio-ecology: an introduction. 2nd ed. New York: J. Willey, 1966; 425p.

DILLENBURG LR. Estudo fitossociológico do estrato arbóreo da mata arenosa de restinga em Emboaba, RS. Dissertação (Mestrado em Botânica) – Instituto de Biociências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1986; 400 p.

FORTES AB. Geografia física do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1959; 393p.

GOFFMAN E. Estigma: Notas sobre a gestão da identidade deteriorada. Nova Iorque: Simon and Schuster, 1963.

GÓMEZ-GRANELL C. Dificultades de aprendizaje: aportaciones desde la didáctica. Barcelona: Paidós, 1996.

HUDSON R. Transtornos de aprendizagem: guia clínico para professores e especialistas. São Paulo: Manole, 2019.

JÚNIOR CC. Trabalho, educação e promoção da saúde. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 2014; 6(2): 646-648. 12

LIMA AM, et al. Reflexões sobre as diferenças entre dificuldades e transtornos de aprendizagem. *Revista Tópicos*, 2024; 2(10): 1-10.

MELLO AG. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2016; 21(10): 3265-3276.

OSTI AP. Transtornos de aprendizagem: um olhar interdisciplinar. Curitiba: CRV, 2012.

PEREIRA LF, et al. Educação e neurociência: um olhar sobre os transtornos de aprendizagem. São Paulo: Cortez, 2021.

QUADRA AA, AMÂNCIO AA. A formação de recursos humanos para a saúde. *Ciência e Cultura*, 1978; 30(12): 1422-1426.

SANTOS BS. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2002; 63: 237-280.

SILVA RC. Dislexia: um transtorno da aprendizagem da leitura. São Paulo: Wak Editora, 2016.

SIQUEIRA CM, GURGEL-GIANNETTI J. Discalculia do desenvolvimento: abordagem neuropsicológica e educacional. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

SMITH CR, STRICK L. Dificuldades de aprendizagem: estratégias práticas para o ensino. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Aprendizagem na Educação Básica: situação brasileira pós-pandemia. São Paulo: Todos Pela Educação, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Educação. Laboratório de Ensino Superior. Planejamento e organização do ensino: um manual programado para treinamento de professor universitário. Porto Alegre: Globo, 2003; 400 p.